

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	64
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	30.357.847.596
Preferenciais	0
Total	30.357.847.596
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.626.001	1.625.176
1.01	Ativo Circulante	97.027	65.923
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	71.286	32.301
1.01.03	Contas a Receber	15.164	20.066
1.01.03.01	Clientes	15.164	20.066
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.399	10.570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.399	10.570
1.01.07	Despesas Antecipadas	333	1.536
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.845	1.450
1.02	Ativo Não Circulante	1.528.974	1.559.253
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	326.558	360.581
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	140.387	188.716
1.02.01.01.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	140.387	188.716
1.02.01.06	Tributos Diferidos	153.497	135.180
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	153.497	135.180
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	63	100
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	32.611	36.585
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	0	6.529
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	27.870	25.316
1.02.01.09.05	Outros Ativos Não Circulantes	4.741	4.740
1.02.03	Imobilizado	9.060	9.722
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.060	9.722
1.02.04	Intangível	1.193.356	1.188.950
1.02.04.01	Intangíveis	1.193.356	1.188.950

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.626.001	1.625.176
2.01	Passivo Circulante	162.399	115.903
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.701	5.404
2.01.01.01	Obrigações Sociais	627	735
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.074	4.669
2.01.02	Fornecedores	17.511	22.011
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	17.511	22.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.211	2.742
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.130	1.429
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.130	1.429
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.081	1.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	72.556	51.137
2.01.04.02	Debêntures	72.556	51.137
2.01.05	Outras Obrigações	526	568
2.01.05.02	Outros	526	568
2.01.05.02.04	Credor pela Concessão	299	327
2.01.05.02.05	Outros Passivos	227	241
2.01.06	Provisões	62.894	34.041
2.01.06.02	Outras Provisões	62.894	34.041
2.01.06.02.04	Provisões para Investimentos em Rodovias	1.949	1.899
2.01.06.02.05	Provisões para Manutenção em Rodovias	60.945	32.142
2.02	Passivo Não Circulante	1.472.583	1.482.593
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.285.067	1.287.738
2.02.01.02	Debêntures	1.285.067	1.287.738
2.02.02	Outras Obrigações	111.126	105.031
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	109.455	103.246
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	109.455	103.246
2.02.02.02	Outros	1.671	1.785
2.02.02.02.03	Outros Passivos	1.671	1.785
2.02.04	Provisões	76.390	89.824
2.02.04.02	Outras Provisões	76.390	89.824
2.02.04.02.04	Provisões para Demandas Judiciais	6.331	6.330
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	4.965	4.840
2.02.04.02.06	Provisões para Manutenção em Rodovias	65.094	78.654
2.03	Patrimônio Líquido	-8.981	26.680
2.03.01	Capital Social Realizado	303.578	303.578
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-312.559	-276.898

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	62.382	128.566	64.790	125.017
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-45.948	-86.935	-38.176	-76.620
3.03	Resultado Bruto	16.434	41.631	26.614	48.397
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.142	-3.261	-4.083	-8.381
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.296	-8.371	-4.086	-8.509
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.675	-7.266	-3.626	-7.499
3.04.02.02	Honorários da Administração	-621	-1.105	-460	-1.010
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.154	5.110	3	128
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.292	38.370	22.531	40.016
3.06	Resultado Financeiro	-49.081	-92.348	-31.614	-69.535
3.06.01	Receitas Financeiras	4.402	8.333	7.457	16.197
3.06.02	Despesas Financeiras	-53.483	-100.681	-39.071	-85.732
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-35.789	-53.978	-9.083	-29.519
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.149	18.317	1.904	8.647
3.08.02	Diferido	12.149	18.317	1.904	8.647
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.640	-35.661	-7.179	-20.872
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.640	-35.661	-7.179	-20.872
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00078	-0,00117	-0,00024	-0,00069

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.640	-35.661	-7.179	-20.872
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.640	-35.661	-7.179	-20.872

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	77.844	46.195
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.842	53.951
6.01.01.01	Prejuízo do Exercício	-35.661	-20.872
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-18.317	-8.647
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	18.989	17.123
6.01.01.04	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.983	946
6.01.01.05	Variação monetária sobre provisão para investimentos	175	57
6.01.01.07	Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	89.338	67.687
6.01.01.08	Rendimento de aplicações financeiras	-6.166	-14.164
6.01.01.10	Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	31	0
6.01.01.11	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.209	7.335
6.01.01.12	Provisão para demandas judiciais	1	451
6.01.01.13	Provisão para manutenção em rodovias	13.260	4.035
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	8.002	-7.756
6.01.02.01	Contas a Receber	4.902	1.820
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	1.240	-136
6.01.02.03	Outros Ativos	-396	-680
6.01.02.04	Fornecedores e Prestadores de Serviços	-4.500	-9.764
6.01.02.05	Credor pela Concessão - Ônus Variável	-28	-418
6.01.02.06	Obrigações Tributárias	-531	65
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	1.297	503
6.01.02.08	Provisão para Demandas Judiciais - Pagamentos	-2.554	-1.426
6.01.02.09	Outros Passivos	-128	-312
6.01.02.10	Tributos a Recuperar	8.700	2.592
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	33.212	19.159
6.02.01	Investimentos no Ativo Imobilizado	-53	-201
6.02.02	Investimentos no Ativo Intangível	-21.230	-27.410
6.02.04	Aplicações Financeiras	-16.281	-18.000
6.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras	70.776	64.770
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-72.071	-54.277
6.03.02	Amortização de principal sobre debêntures	-15.175	-118
6.03.03	Pagamento de juros sobre debêntures	-56.896	-54.159
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	38.985	11.077
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	32.301	1.680
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	71.286	12.757

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-276.898	0	26.680
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-35.661	0	-35.661
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-35.661	0	-35.661
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-312.559	0	-8.981

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	303.578	0	0	-241.372	0	62.206
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	303.578	0	0	-241.372	0	62.206
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.872	0	-20.872
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-20.872	0	-20.872
5.07	Saldos Finais	303.578	0	0	-262.244	0	41.334

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	166.495	160.337
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	114.056	108.594
7.01.02	Outras Receitas	52.439	51.743
7.01.02.01	Receita de Serviços de Construção	21.211	22.506
7.01.02.02	Receitas Acessórias	4.292	4.245
7.01.02.03	Outras Receitas	26.936	24.992
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88.375	-81.828
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-62.742	-60.232
7.02.04	Outros	-25.633	-21.596
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-21.190	-18.835
7.02.04.02	Custo da Concessão - Ônus Variável	-1.854	-1.746
7.02.04.03	Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente	-2.589	-1.015
7.03	Valor Adicionado Bruto	78.120	78.509
7.04	Retenções	-18.989	-17.123
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-18.989	-17.123
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	59.131	61.386
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.333	16.197
7.06.02	Receitas Financeiras	8.333	16.197
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	67.464	77.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	67.464	77.583
7.08.01	Pessoal	12.469	11.912
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.174	8.979
7.08.01.02	Benefícios	2.628	2.395
7.08.01.03	F.G.T.S.	667	538
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-7.318	1.772
7.08.02.01	Federais	-13.220	-4.025
7.08.02.03	Municipais	5.902	5.797
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.974	84.771
7.08.03.01	Juros	75	752
7.08.03.02	Aluguéis	871	910
7.08.03.03	Outras	97.028	83.109
7.08.03.03.01	Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.209	7.335
7.08.03.03.03	Juros e variações monetárias sobre notas promissórias	90.819	75.774
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.661	-20.872
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.661	-20.872



2T18

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 30 de Junho 2018

10 de Agosto de 2018 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A.- “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do segundo trimestre de 2018.

Apresentação dos Resultados

As informações contábeis intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de Junho de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às informações contábeis intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Conseqüentemente, as presentes informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 12
Resultado Financeiro	Página 13
Debêntures	Página 14
Obras e Investimentos	Página 17
Responsabilidade Socioambiental	Página 18
Demonstrações Financeiras	Página 19
Relacionamento com o Auditor	Página 23

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

*Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO*

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

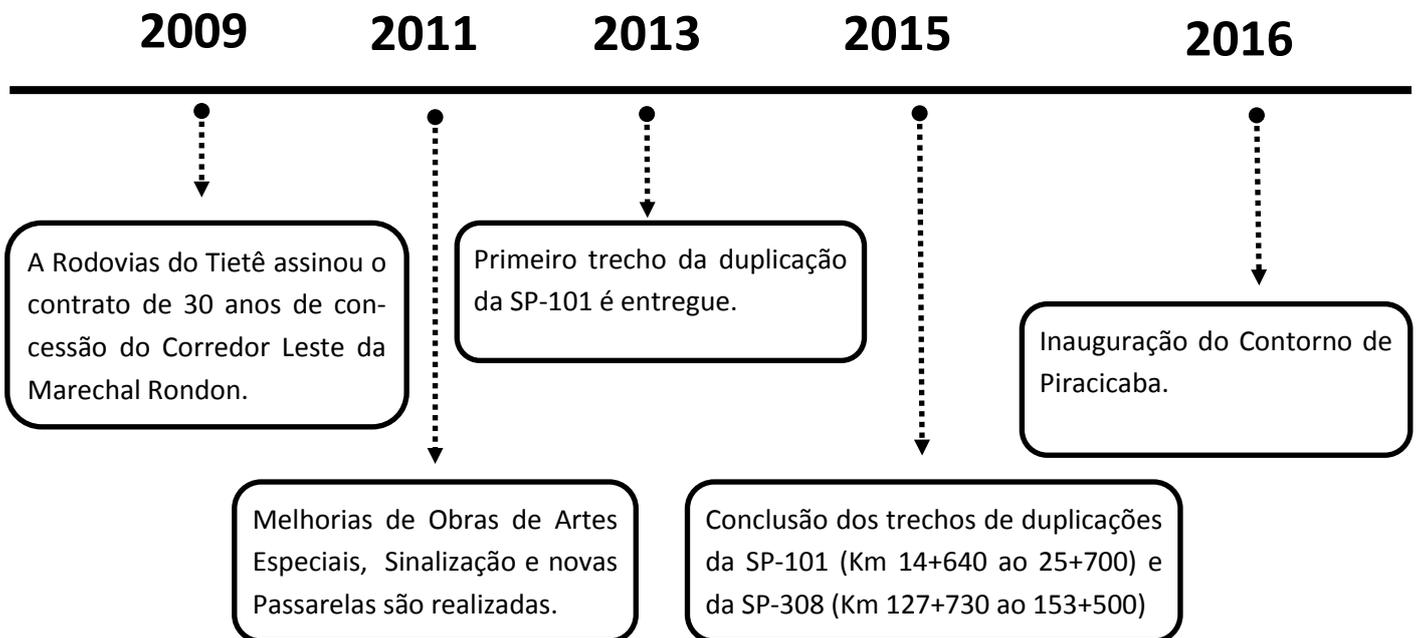


Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,1Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita

- ✓ R\$ 107 milhões de receita líquida.



Tráfego

- ✓ Redução de 2,36% no tráfego pedagiado e redução de 2,73% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-101 x SP-113
- ✓ Alargamento de OAE
- ✓ Recapeamento das Rodovias Vicinais





Sumário Executivo

A economia brasileira no segundo trimestre de 2018 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 6,5% a.a. em junho de 2018, segundo o relatório do COPOM. Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,39% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 29 de junho de 2018, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2018 ficasse 1,55% superior ao ano de 2017. A expectativa era de um crescimento por volta de 3%, mas em função do desabastecimento de produtos por conta da paralisação dos transportes de cargas durante a greve dos caminhoneiros, fez com que a expectativa de crescimento do PIB reduzisse entre o primeiro e segundo trimestre de 2018. O setor que impulsiona o crescimento do PIB é o do agronegócio.

No segundo trimestre de 2018 houve redução de 2,36% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes também houve uma redução de 2,73%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas. A suspensão da cobrança de eixos suspensos passou a vigorar em 31 de maio de 2018. A suspensão da cobrança foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que fez parte do acordo junto ao governo para suspender a greve.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram as melhorias nos dispositivos da SP-300, a recuperação do pavimento da SP-308, recapeamento do dispositivo do km 171+700 da SP-300, recapeamento de vicinais e duplicação da SP-101 x SP-113.



Tráfego

No segundo trimestre de 2018 o volume de tráfego teve um queda de 2,36% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio caiu 2,69%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 1,08% e comerciais pesados uma queda de 1,49%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	9.524.862	9.788.009	-2,69%
Comercial Leve	1.629.848	1.647.610	-1,08%
Comercial Pesado	1.302.861	1.322.538	-1,49%
Total	12.457.571	12.758.157	-2,36%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

No segundo trimestre de 2018 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 2,73% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio caiu 2,87%, enquanto comerciais leves teve uma queda de 2,01% e comerciais pesados uma queda de 2,92%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2018*	2017*	Variação
Passeio	9.360.196	9.637.098	-2,87%
Comercial Leve	4.028.368	4.111.091	-2,01%
Comercial Pesado	7.697.302	7.928.437	-2,92%
Total	21.085.866	21.676.626	-2,73%

*Volume acumulado do período de Janeiro à Junho.

A redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas.

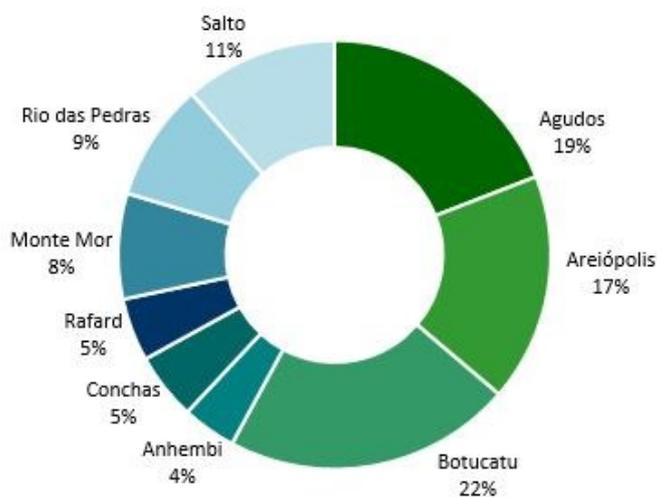


Tráfego

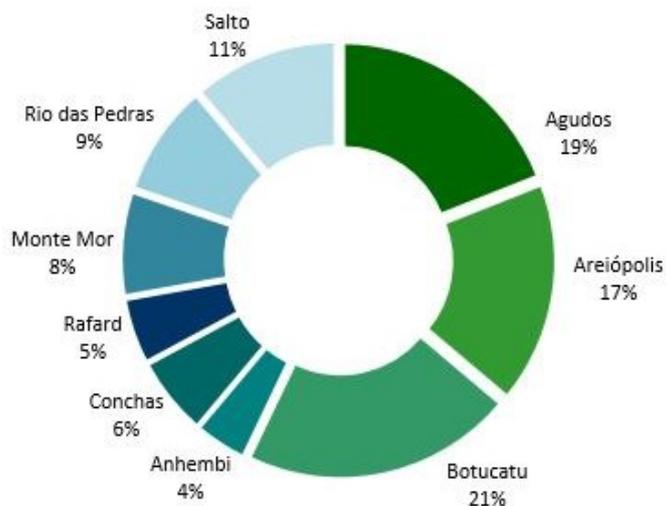
>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Agudos, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.

1º Semestre 2018



1º Semestre 2017





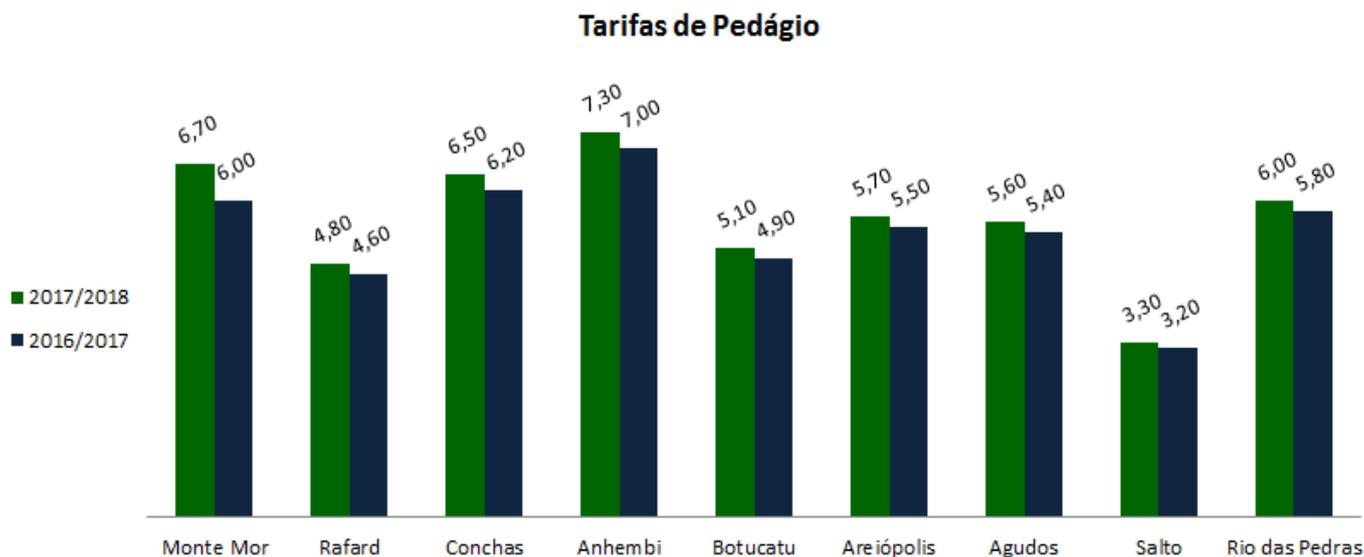
Tráfego

>> Tarifas de Pedágio

Em Julho de 2017 houve reajuste das tarifas de pedágio em 3,6% e a reclassificação tarifária da Praça de Pedágio de Monte Mor em razão da duplicação do trecho rodoviário entre o km 14+640 e o km 25+700 da rodovia SP 101.

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2017/2018 é de R\$ 5,67 contra R\$ 5,40 em 2016/2017.

Praça de pedágio	2017/2018	2016/2017
Monte Mor	R\$ 6,70	R\$ 6,00
Rafard	R\$ 4,80	R\$ 4,60
Conchas	R\$ 6,50	R\$ 6,20
Anhembi	R\$ 7,30	R\$ 7,00
Botucatu	R\$ 5,10	R\$ 4,90
Areiópolis	R\$ 5,70	R\$ 5,50
Agudos	R\$ 5,60	R\$ 5,40
Salto	R\$ 3,30	R\$ 3,20
Rio das Pedras	R\$ 6,00	R\$ 5,80
Tarifa Média	R\$ 5,67	R\$ 5,40





Receitas

Receitas (em R\$ mil)	2018*	2017*	Varição
Receitas de Pedágio	114.056	108.594	5,03%
Receitas Acessórias	4.292	4.245	1,11%
Impostos sobre Receitas	(10.993)	(10.328)	6,44%
Receitas Operacionais	107.355	102.511	4,73%
Receitas de Construção	21.211	22.506	-5,75%
TOTAL	128.566	125.017	2,84%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

A Concessionária obteve, no segundo trimestre de 2018, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 114.056 mil (R\$ 108.594 mil no mesmo período de 2017) e arrecadou R\$ 4.292 mil no segundo trimestre de 2018 (R\$ 4.245 mil no mesmo período de 2017) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 10.993 mil no segundo trimestre de 2018 (R\$ 10.328 mil no mesmo período do ano anterior).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 21.211 mil de receita de construção contra R\$ 22.506 mil no mesmo período do ano anterior com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.



Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2018*	2017*	Variação
Com Pessoal	(11.365)	(10.902)	4,25%
Honorários da Administração	(1.105)	(1.010)	9,41%
Manutenção e conservação	(20.671)	(19.945)	3,64%
Serviço de terceiros	(3.067)	(3.896)	-21,28%
Ônus variável da concessão	(1.854)	(1.746)	6,19%
Seguros e Garantias	(1.188)	(1.265)	-6,09%
Outros	(2.617)	(2.612)	0,23%
Subtotal	(41.867)	(41.376)	1,19%
Custo de serviços de construção	(21.190)	(22.403)	-5,41%
Provisão para demandas judiciais	-	(193)	-100%
Provisão para manutenção em rodovias	(13.260)	(4.034)	228,71%
Depreciação e amortização	(18.989)	(17.123)	10,90%
Total	(95.306)	(85.129)	11,95%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

No segundo trimestre de 2018, houve um aumento de 11,95% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 85.129 mil em 2017 para R\$ 95.306 mil em 2018. As principais variações foram:

- ⇒ **Com pessoal:** Aumento em função da participações no resultado. A provisão no exercício de 2018 é a melhor estimativa para pagamento baseado no desempenho;
- ⇒ **Honorários da administração:** Idem ao comentário da variação em despesas com pessoal;
- ⇒ **Serviços de terceiros:** Redução nos contratos de transporte de colaboradores;
- ⇒ **Ônus variável da concessão:** Aumento em função do reajuste das tarifas de pedágio em 01/07/2017 e também aumento nas receitas acessórias;
- ⇒ **Seguros e Garantias:** Resultante da renovação dos seguros e garantias prestadas à Artesp com prêmios menores que o período de 2017;



Custos e Despesas Operacionais

- ⇒ Custo de serviços de construção: Queda nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2018*	2017*	Varição
Resultado Líquido do Período	(35.661)	(20.872)	70,86%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(18.317)	(8.647)	111,83%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	92.348	69.535	32,81%
(+/-) Depreciação e Amortização	18.989	17.123	10,90%
EBITDA	57.359	57.139	0,39%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	13.260	4.034	228,71%
EBITDA AJUSTADO (a)	70.619	61.173	15,44%
Receitas Operacionais (b)	107.355	102.511	4,73%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	65,78%	59,67%	6,11 p.p

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

No segundo trimestre de 2018, houve um aumento de 15,44% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 61.173 mil no segundo trimestre de 2017 para R\$ 70.619 mil no mesmo período de 2018. Já a margem EBITDA ajustado teve um aumento de 6,11 p.p.

Além disso, houve um aumento de 10,90% na depreciação e amortização que passou de R\$ 17.123 mil no segundo trimestre de 2017 para R\$ 18.989 mil no mesmo período de 2018, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 228,71% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que será iniciado em 2018.



Resultado Financeiro

O resultado financeiro do segundo trimestre de 2018, comparado ao mesmo período de 2017, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2018*	2017*	Variação
Juros sobre Debêntures e Notas Promissórias	(89.338)	(75.765)	17,91%
Juros sobre Mútuo	(6.209)	(7.335)	-15,35%
Outras Despesas Financeiras	(5.134)	(2.632)	95,06%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(100.681)	(85.732)	17,44%
Receitas Financeiras	8.333	16.197	-48,55%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(92.348)	(69.535)	32,81%

*Saldo acumulado do período de Janeiro à Junho.

No segundo trimestre de 2018 houve um aumento de 32,81% no resultado financeiro que passou de (R\$ 69.535) no segundo trimestre de 2017 para (R\$ 92.348) mil no mesmo período de 2018. As principais variações foram:

- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e dos custos de transação com as debêntures.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Foram também realizados simultaneamente esforços de colocação das debêntures: (1) nos Estados Unidos da América em operações isentas de registro nos termos da U.S. Securities Act of 1933 para compradores institucionais qualificados, conforme definidos na Rule 144A editada pela Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos (“SEC”); e (2) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam pessoas não residentes nos Estados Unidos da América ou não constituídas de acordo com as leis daquele país, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor e com base na Regulation S, editada pela SEC no âmbito do Securities Act.

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mais juros anuais de 8% e o prazo de vigência de 15 (quinze) anos contados da data de emissão em 15 de junho de 2013, vencendo-se, portanto, em 15 de junho de 2028, porém com amortizações programadas do valor nominal a partir de 15 de dezembro de 2017. Os juros são pagos semestralmente. Já foram realizados nove pagamentos de juros, em 15 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 43.653 mil, em 15 de junho de 2014, no montante de R\$ 43.365 mil, em 15 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 46.517 mil, em 15 de junho de 2015, no montante de R\$ 46.650 mil, em 14 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 50.981 mil, em 14 de junho de 2016, no montante de R\$ 51.851 mil, em 14 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 54.109 mil, em 14 de junho de 2017, no montante de R\$ 54.157 mil, em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 56.871 mil e em 14 de junho de 2018, no montante de R\$ 56.897 mil. A primeira amortização do valor nominal ocorreu em 14 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 9.283 mil.



Debêntures - (continuação)

Já a segunda amortização do valor nominal ocorreu em 14 de junho de 2018 no montante de R\$ 15.174.

Em 30 de julho e 4 de agosto de 2018 foram realizadas Assembleias Gerais de Titulares de Debêntures (AGDs) com a reapresentação da Proposta da Administração apresentada anteriormente. Os termos propostos foram:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração do percentual de remuneração;
- Acréscimo condicional na remuneração;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Modificação dos índices financeiros;
- Obrigação de injeção de capital na Companhia;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.
- Indicação de empresa para substituição da empresa que presta serviços de engenharia independente; e
- Compra das ações da Lineas International Holding B.V. pela AB Concessões mediante o fechamento da operação de reestruturação.

A proposta acima será decidida quanto a sua aprovação ou não por meio da convocação no dia 30 de agosto de 2018, pela totalidade dos titulares das Debêntures presentes na assembleia. Caso não aprovada, a Companhia continuará a envidar seus melhores esforços, em conjunto com os Debenturistas, sobre um formato que permita que os termos das Debêntures sejam definitivamente reestruturados e, para esse fim, deverá ser aprovada, pela maioria dos titulares das Debêntures presentes na assembleia, em segunda convocação, a prorrogação até 28 de setembro de 2018.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o segundo semestre de 2018, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.



Debêntures - (continuação)

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados e o custo já incorrido até junho de 2018 foi de R\$ 534 mil.



Duplicação da SP-101 x SP-113

Duplicação de cerca de 1km de cada uma das rodovias (SP-101 e SP-113) para possibilitar a implantação de um novo entroncamento para as vias. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 4,996 milhões e o custo já incorrido até junho de 2018 foi de R\$ 2,131 milhões.



Alargamento de OAE

Alargamento da passagem inferior de duas Obras de Arte Especiais na SP-101 (km 43+700 e km 44+400). O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 2,971 milhões e o custo já incorrido até junho de 2018 foi de R\$ 1,289 milhão.



Recapeamento das Rodovias Vicinais

Melhoria de 5 vicinais, sendo elas IDT-085/101, MOR-137/101, MOR-293/101, BTC-353/300 e PRD-010/300. O custo total estimado até o fim das obras é de R\$ 9,834 milhões e o custo já incorrido até junho de 2018 foi de R\$ 9,288 milhões.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



O Café na Passarela possui duas edições a cada mês, e tem como objetivo orientar e incentivar os pedestres a utilizarem a passarela, e ressaltar os motivos de segurança. Os usuários são conscientizados pela Concessionária com o apoio da ARTESP, sobre a importância do uso da passarela na travessia, como forma de garantir a sua própria segurança e de seus familiares. O evento tem o apoio da ARTESP, e são escolhidos locais com grande fluxo de pessoas nos horários de pico. Esta atividade faz parte do Plano de Redução a Acidentes (PRA).

Projeto #Escola



O Projeto Escola visa instruir as crianças no bom comportamento no trânsito, com dicas, vídeos educativos e orientações sobre os perigos no trânsito. O Abrace o trânsito promove uma manhã lúdica com apresentação de vídeos do Denatran, palestras de orientação, onde os alunos podem entender que a Concessionária Rodovias do Tietê cuida de todos da família no momento da viagem, seja ela de carro, caminhão, ônibus ou motocicleta. A Concessionária apresenta seu trabalho e depois mostra a estrutura da empresa passando também pelo CCO – Centro de Controle de Operações onde os estudantes conhecem como é feito o monitoramento do tráfego. A visita é finalizada com um simulado de atendimento de acidentes com uma ambulância da Concessionária. Parte das escolas dos municípios de Salto, Elias Fausto, Capivari e Rafard foram beneficiadas com o programa.

Meio Ambiente



A Concessionária realizou no segundo trimestre de 2018 campanhas voltadas a preservação ambiental. Foi realizada uma palestra aos alunos da rede municipal de ensino CEMUS do município de Salto com o objetivo de conscientizar os alunos sobre a preservação do meio ambiente. Além disso, também foram realizados plantios de mudas de diversas espécies e distribuição de sementes nas escolas e nas praças de pedágio.



Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	71.286	32.301
Contas a receber (Nota 6)	15.164	20.066
Despesas Antecipadas	333	1.536
Impostos a recuperar (Nota 7)	8.399	10.570
Outros ativos	1.845	1.450
	97.027	65.923
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	140.387	188.716
Tributos a recuperar (Nota 7)	-	6.529
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	153.497	135.180
Despesas antecipadas	63	100
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	27.870	25.316
Outros ativos	4.741	4.740
Imobilizado (Nota 9)	9.060	9.722
Intangível (Nota 10)	1.193.356	1.188.950
	1.528.974	1.559.253
Total do ativo	1.626.001	1.625.176



Balanco Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	30/06/2018	31/12/2017
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	17.511	22.011
Debêntures (Nota 14)	72.556	51.137
Credor pela concessão	299	327
Obrigações tributárias	2.211	2.742
Obrigações trabalhistas	6.701	5.404
Provisões (Nota 13)	62.894	34.041
Outros passivos	227	241
	162.399	115.903
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	1.285.067	1.287.738
Provisões (Nota 13)	76.390	89.824
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	109.455	103.246
Outros passivos	1.671	1.785
	1.472.583	1.482.593
Total do passivo	1.634.982	1.598.496
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(312.559)	(276.898)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(8.981)	26.680
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.626.001	1.625.176



Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	30/06/2018	30/06/2017
Receita operacional líquida (Nota 16)	128.566	125.017
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(86.935)	(76.620)
Lucro bruto	41.631	48.397
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(8.371)	(8.509)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.110	128
	(3.261)	(8.381)
Lucro operacional	38.370	40.016
Despesas financeiras (Nota 18)	(100.681)	(85.732)
Receitas financeiras (Nota 18)	8.333	16.197
	(92.348)	(69.535)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(53.978)	(29.519)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	18.317	8.647
Prejuízo do período	(35.661)	(20.872)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	-0,00117	-0,00069



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	30/06/2018	30/06/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(35.661)	(20.872)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.317)	(8.647)
Depreciação e amortização	18.989	17.123
Rendimentos de aplicações financeiras	(6.166)	(14.164)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	31	-
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	89.338	67.687
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	6.209	7.335
Provisões para demandas judiciais	1	451
Provisões para manutenção em rodovias	13.260	4.035
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	1.983	946
Variação monetária sobre provisão para investimentos	175	57
	69.840	53.951
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	4.902	1.820
Despesas antecipadas	1.240	(136)
Tributos a recuperar	8.700	2.592
Depósitos judiciais	(2.554)	(1.426)
Outros ativos	(396)	(680)
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.500)	(9.764)
Credor pela concessão - ônus variável	(28)	(418)
Obrigações tributárias	(531)	65
Obrigações trabalhistas	1.297	503
Outros passivos	(128)	(312)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	77.844	46.195
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(16.281)	(18.000)
Resgate de aplicações financeiras	70.776	64.770
Investimentos no ativo imobilizado	(53)	(201)
Investimentos no ativo intangível	(21.230)	(27.410)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	33.212	19.159
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(15.175)	(118)
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(56.896)	(54.159)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(72.071)	(54.277)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	38.985	11.077
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	32.301	1.680
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	71.286	12.757



Relacionamento com o Auditor

No segundo trimestre de 2018, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a compliance, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as informações trimestrais (ITRs) relativas ao segundo trimestre de 2018.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (“CRT”, “Concessionária” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rodovia do Açúcar (SP 308), KM 108 + 600 metros, cidade de Salto, SP, Brasil, iniciou suas operações em 23 de abril de 2009, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”). A Companhia tem suas ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

A Companhia tem como objetivo realizar, sob o regime de concessão (por prazo certo) até 23 de abril de 2039, a exploração do Corredor Marechal Rondon Leste, sendo responsável pela administração de 415 km compreendendo: (i) a execução, gestão e fiscalização dos serviços operacionais, de conservação e de ampliação; (ii) o apoio aos serviços de competência do Poder Público; e (iii) o controle de serviços não essenciais prestados por terceiros, nos termos do Contrato de Concessão.

Os principais compromissos assumidos no Contrato de Concessão Rodoviária, os quais se encontram em fase de projeto ou de execução, são:

- Duplicações: duplicação de trechos das rodovias sob responsabilidade da Companhia, SP-101, SP-300 e SP-308, totalizando 88,4 km; e
- Dispositivos de entroncamento: melhorias dos dispositivos existentes e implantação de novos dispositivos, em toda a malha rodoviária sob responsabilidades da Companhia, compreendendo as vias SP-101, SP-113, SP-209, SP-300 e SP-308, totalizando 120 km.

Em 30 de junho de 2018, o valor presente dos investimentos programados para liquidar os compromissos assumidos pela Companhia, até o final do contrato de concessão, era de R\$ 2.106 milhões (R\$ 3.090 milhões a valor nominal naquela data) e em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 2.127 milhões (R\$ 3.111 milhões a valor nominal naquela data), concentrado na implantação de dispositivos de entroncamento, obras de duplicação, pavimentação, conservação e sinalização, contornos, sistemas de telecomunicações, supervisão e controle.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente, de forma gratuita e automática, todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferido à Companhia, ou por ela implantado no âmbito da concessão. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do IPC-A ocorrida até 31 de maio do mesmo ano.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentou prejuízo no montante de (R\$ 35.661) (30 de junho de 2017 – (R\$ 20.872)), um capital circulante líquido negativo de (R\$ 65.371) (31 de dezembro de 2017 – (R\$ 49.980)) e passivo a descoberto em (R\$ 8.981) (31 de dezembro de 2017 - Patrimônio líquido - R\$ 26.680) com R\$ 303.578 de capital subscrito pelos acionistas.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional - (continuação)

A Diretoria da Companhia informou aos Debenturistas que, conforme fato relevante divulgado em 24 de maio de 2018, os acionistas da Companhia celebraram o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato de Compra e Venda de Ações”), para consolidação do controle acionário da Companhia pela AB Concessões S.A., por meio da aquisição de todas as ações de titularidade da Lineas International Holding B.V., representativas de 50% (cinquenta por cento) do capital social da Companhia (“Operação”).

A transferência das ações no âmbito da Operação somente poderá ser levada a efeito após o cumprimento de determinadas condições suspensivas previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, entre elas: (i) deverá ter sido obtida a aprovação pelos titulares das Debêntures, pelo quórum aplicável e reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, quanto aos termos e condições da Reestruturação (Nota 25); e (ii) a AB Concessões S.A. deverá ter obtido todas as aprovações societárias necessárias para a aprovação conjunta dos termos finais da Reestruturação e da Operação.

É convicção da Administração que a estrutura de capitais da Companhia será readequada durante o segundo semestre de 2018, sendo que, na eventualidade de ocorrência de um cenário mais adverso, a continuidade da Companhia não será afetada, por conta da alienação fiduciária das ações da Companhia, em garantia dada em favor do Agente Fiduciário na qualidade de representante dos Debenturistas e em benefício destes, assim como dos mecanismos de salvaguarda existentes no contrato de administração de contas.

Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

A apresentação das demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela Diretoria da Companhia em 10 de agosto de 2018.

2. Base de preparação

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, inclusive notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*.

Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração financeira anual para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário. Consequentemente, as presentes demonstrações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão consideradas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação – (continuação)

2.1 Base de preparação e apresentação – (continuação)

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia somente diferem das práticas do IFRS, pois a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) em suas demonstrações financeiras, enquanto que para fins de IFRS tal demonstração é apresentada como informação suplementar.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, CVM, IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 30 de junho de 2018.

Normas, alterações e interpretações de normas

No trimestre findo em 30 de junho de 2018, não foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas além daquelas divulgadas na Nota 2.6 das demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, bem como não ocorreram alterações em relação aos impactos esperados e divulgados nas referidas demonstrações financeiras que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias do referido período.

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substituiu a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Até 31 de dezembro de 2017, a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia poderia ser feita entre as seguintes categorias: i) Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; ii) Investimentos mantidos até o vencimento; iii) Empréstimos e recebíveis; e iv) Ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Base de preparação – (continuação)

2.3 Pronunciamentos aplicados pela primeira vez em 2018 – (continuação)

Com o advento do CPC 48 – Instrumentos financeiros, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018, a classificação passou a ser admitida em três diferentes categorias, quais sejam: i) Custo amortizado; ii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e iii) Valor justo por meio do resultado.

A Companhia não adotou de forma antecipada a norma e para o período de 2018 efetuou uma avaliação dos impactos das mudanças na norma, e concluiu que seus ativos financeiros, anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis, passaram a ser classificados nas seguintes categorias:

	Classificação	
	Até 31 de dezembro de 2017	A partir de 1º de janeiro de 2018
Ativos conforme balanço patrimonial		
	Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado (*)
Aplicações financeiras		
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado (**)

Os principais passivos incluem: fornecedores, credor da concessão, mútuos a pagar e debêntures (**). A Companhia entende que esses passivos não sofreram alterações com a mudança da norma e portanto, são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado.

(*) não há impacto na classificação e/ou mensuração.

(**) sob o ponto de vista prático, não houve qualquer impacto na mensuração desses ativos financeiros decorrente desta alteração, uma vez que seus ativos financeiros anteriormente classificados como empréstimos e recebíveis já estavam registrados ao custo amortizado e os passivos financeiros já vinham sendo mensurados pelo custo amortizado.

IFRS 15/ CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes”: A IFRS 15 / CPC 47 estabelece um novo modelo constante de cinco passos que são aplicados às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia não adotou de forma antecipada a norma e para o período de 2018 avaliou que tais mudanças não alteram a forma de contabilização de suas receitas, pois as mesmas já são contabilizadas atendendo aos requisitos da norma. A Companhia julga também que não há impactos que possam afetar as demonstrações financeiras intermediárias no período.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e premissas consideradas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias são consistentes com aquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Disponibilidades	1.280	2.043
Aplicação compromissada de debêntures de terceiros (i)	<u>70.006</u>	<u>30.258</u>
	<u>71.286</u>	<u>32.301</u>

- (i) Referem-se a aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento conforme remuneração (CDI) definida na contratação da operação, independentemente de qualquer volatilidade no preço ou evento no título (debênture). A liquidez é diária e sem prazo de carência.

5. Aplicações financeiras vinculadas

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Não circulante	<u>140.387</u>	<u>188.716</u>
	<u>140.387</u>	<u>188.716</u>

A Companhia mantém essas aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes às debêntures (Nota 14). Essas aplicações são remuneradas a 103% do CDI.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio. São registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultar em efeito relevante nas demonstrações financeiras intermediárias. Os valores a receber vencem em até 45 dias. A Companhia avaliou os saldos a receber em aberto com base no histórico de perdas por cliente e com base nessa análise registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico a receber	10.368	12.422
Cartões de pedágio a receber	671	497
Receitas acessórias	3.330	6.013
Valores em trânsito	811	1.134
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16)	
	<u>15.164</u>	<u>20.066</u>

7. Impostos a recuperar

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	8.399	17.099
	<u>8.399</u>	<u>17.099</u>
Circulante	8.399	10.570
Não circulante		6.529
	<u>8.399</u>	<u>17.099</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante do imposto são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para deduzir todas as diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com impostos diferidos é reconhecida no resultado do período, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo:		
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	135.199	123.548
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	540	540
Provisão para participação nos lucros	945	661
Outras provisões	1.230	793
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis:		
Provisão para manutenção de rodovias	42.853	37.671
Provisão para investimentos em rodovias	3.241	3.225
AVP Outorga	1.669	1.694
	<u>185.677</u>	<u>168.132</u>
Passivo:		
Tributos diferidos sobre mudanças de práticas contábeis (i):		
Amortização – curva de tráfego	<u>(32.180)</u>	<u>(32.952)</u>
Líquido	<u>153.497</u>	<u>135.180</u>

- (i) Refere-se aos tributos diferidos, acumulados até 2014, sobre a diferença apurada entre a amortização do intangível, calculada pela curva de tráfego, e a depreciação desses ativos, calculada pelas taxas permitidas pela legislação fiscal.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos – (continuação)

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras devido à natureza de longo prazo limitada ao período da Concessão.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Em 30 de junho de 2018, o montante de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social a compensar é de R\$ 397.644 (R\$ 363.376 em 31 de dezembro de 2017). O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social não possuem prazo prescricional e a sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável anual. Baseada em estudo técnico. A Companhia estima recuperar a totalidade dos créditos fiscais diferidos registrados em 30 de junho de 2018 nos seguintes exercícios sociais:

	<u>30/06/2018</u>
2028	6.109
2029	14.983
2030	16.323
2031	22.462
2032	27.259
2033	20.325
2034	25.392
2035	20.644
	<u><u>153.497</u></u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Imposto de renda e contribuição social – (continuação)

a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos – (continuação)

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(53.978)	(29.519)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	<u>18.353</u>	<u>10.036</u>
Ajuste para demonstração da taxa efetiva:		
Diferenças permanentes	<u>(35)</u>	<u>(1.390)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido do período	<u>18.317</u>	<u>8.647</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>29%</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas a seguir, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Automóveis	Terrenos	Instalações e edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2017							
Saldo inicial	799	1.852	1.038	1.171	377	5.822	11.059
Aquisições	102	22	81			23	228
Depreciação	(126)	(258)	(443)	(433)		(305)	(1.565)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 31 de dezembro de 2017							
Custo	1.307	2.474	4.708	2.350	377	7.401	18.617
Depreciação acumulada	(532)	(858)	(4.032)	(1.612)		(1.861)	(8.895)
Saldo contábil, líquido	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Em 30 de junho de 2018							
Saldo inicial	775	1.616	676	738	377	5.540	9.722
Aquisições	10	15	28				53
Depreciação	(65)	(133)	(151)	(213)		(153)	(715)
Saldo contábil, líquido	720	1.498	553	525	377	5.387	9.060
Em 30 de junho de 2018							
Custo	1.317	2.489	4.736	2.350	377	7.401	18.670
Depreciação acumulada	(597)	(991)	(4.183)	(1.825)		(2.014)	(9.610)
Saldo contábil, líquido	720	1.498	553	525	377	5.387	9.060
Vida útil estimada em anos	10	10	10	5		25	

Existem ativos imobilizados totalmente depreciados ainda em uso, como sistema de ar condicionado e sistema de telefonia de sede, veículos, dentre outros, no montante total de custo de R\$ 4.257 (31 de dezembro de 2017 - R\$ 3.336).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços, a Companhia recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros no ativo. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

	Direito de Outorga da Concessão (i)	Obras e Serviços (ii)	Equipamentos (iii)	Obras em andamento (iv)	Software (v)	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Saldo inicial	490.624	602.149	37.340	20.224	3.632	1.153.969
Aquisições (vii)		49.809	656	17.530	657	68.652
Alienações		(186)				(186)
Transferências		4.850	2.302	(7.152)		
Amortização (vi)	(13.659)	(17.477)	(1.103)		(1.246)	(33.485)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 31 de dezembro de 2017						
Custo	542.244	719.885	56.968	30.602	7.242	1.356.941
Amortização acumulada	(65.279)	(80.740)	(17.773)		(4.199)	(167.991)
Saldo contábil, líquido	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Em 30 de junho de 2018						
Saldo inicial	476.965	639.145	39.195	30.602	3.043	1.188.950
Aquisições (vii)		14.259	417	7.481	554	22.711
Alienações		(31)				(31)
Transferências		23		(68)	45	
Amortização (vi)	(7.264)	(9.746)	(599)		(665)	(18.274)
Saldo contábil, líquido	469.701	643.650	39.013	38.015	2.977	1.193.356
Em 30 de junho de 2018						
Custo	542.244	734.136	57.385	38.015	7.841	1.379.621
Amortização acumulada	(72.543)	(90.486)	(18.372)		(4.864)	(186.265)
Saldo contábil, líquido	469.701	643.650	39.013	38.015	2.977	1.193.356

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Intangível – (continuação)

- (i) Referem-se ao valor pago para a exploração do sistema rodoviário, calculado a valor presente.
- (ii) Referem-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente, calculados a valor presente e acrescidos da capitalização de juros sobre os financiamentos incorridos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iii) Referem-se aos investimentos programados em implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, e outros equipamentos. Originalmente, a Companhia reconheceu esse ativo intangível em contrapartida da rubrica “Provisão para investimentos em rodovias”.
- (iv) Referem-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. A Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (v) Referem-se aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados linearmente com a taxa de 20% ao ano.
- (vi) Amortização efetuada pela curva de benefício econômico (curva de tráfego) esperado ao longo do prazo da concessão, a qual foi considerada a taxa média ponderada de 3,07% em 2018 (2,82% em 2017), exceto pelo direito de uso de software, calculado pela vida útil de 5 anos.
- (vii) No período findo em 30 de junho de 2018, a Companhia capitalizou custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de obras em infraestrutura no montante de R\$ 1.481 (R\$ 6.793 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

No período findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o total de fornecedores foi como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores nacionais de materiais e serviços	8.836	11.783
Cauções e retenções contratuais (i)	8.675	10.228
	<u>17.511</u>	<u>22.011</u>

- (i) Referem-se a parcelas de 5% sobre o valor pago aos fornecedores de materiais e serviços que fica retida com a Companhia e que será paga ao término da obra a fim de garantir a correta execução do serviço contratado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

Nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017, o total de remuneração dos administradores foi como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Remuneração fixa (1)	909	860
Remuneração variável (2)	196	150
	<u>1.105</u>	<u>1.010</u>

(1) Incluem salários da Administração, FGTS, férias e 13º salário.

(2) Referem-se a participações no resultado do exercício de 2015 paga no ano de 2017 (Nota 19) e a participações provisionadas do resultado de 2018. A provisão no exercício de 2018 é a melhor estimativa para pagamento baseado no desempenho.

Além da remuneração fixa e variável, aos administradores são concedidos os mesmos benefícios adicionais dos empregados, mencionados na nota 19.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 16 de abril de 2018, foi fixada a remuneração anual fixa dos membros da diretoria da Companhia de até o valor de R\$ 1.800.

b) Mútuos a pagar

	<u>Taxa de juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
AB Concessões S.A.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	99.211	93.588
Lineas International Holding B.V.	0,5% a.m.+ CDI	Indeterminado	10.244	9.658
			<u>109.455</u>	<u>103.246</u>

Os contratos possuem vencimento indeterminado, podendo ser prorrogados ou convertidos em capital social, desde que previamente aprovados pelos acionistas e pelos credores. São remunerados com base em 100% da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão acrescida de 0,5% ao mês. De acordo com os contratos de mútuo, o pagamento desses mútuos só poderá ser efetuado após a quitação das debêntures.

Os juros sobre as transações com partes relacionadas no período foram de R\$ 6.209 (Nota 18) (no exercício de 2017 – R\$ 14.026).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para demandas judiciais	6.331	6.330
Provisão para investimentos em rodovias	6.914	6.739
Provisão para manutenção em rodovias	126.039	110.796
	<u>139.284</u>	<u>123.865</u>
Circulante	62.894	34.041
Não circulante	<u>76.390</u>	<u>89.824</u>

a) Provisão para demandas judiciais

As contingências trabalhistas em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 225 (R\$ 225 em 31 de dezembro de 2017) referem-se a reclamações trabalhistas em que é requerido o pagamento de verbas trabalhistas supostamente devidas e não pagas, tais como verbas rescisórias, horas extras, adicionais, danos morais, equiparação salarial e diferenças salariais.

As contingências cíveis em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 6.106 (R\$ 6.105 em 31 de dezembro de 2017) referem-se, substancialmente, a ações de natureza indenizatória em razão de acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias que a Companhia opera.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2018, a Companhia possui o equivalente a R\$ 52.351 (R\$ 45.637 em 31 de dezembro de 2017) de causas trabalhistas, R\$ 43.630 (R\$ 98.020 em 31 de dezembro de 2017) de causas cíveis, e R\$ 100.415 (R\$ 86.907 em 31 de dezembro de 2017) de processos administrativos com a ARTESP, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2018, os depósitos judiciais da Companhia no montante de R\$ 27.870 (R\$ 25.316 em 31 de dezembro de 2017) incluem R\$ 17.206 em depósitos relacionados a discussões trabalhistas na vara de Nanuque - Minas Gerais (R\$ 16.706 em 31 de dezembro de 2017). Os valores foram retidos judicialmente com base no entendimento que a Companhia foi considerada sociedade do grupo econômico da companhia ré no processo perante tal vara do trabalho, com o qual a Companhia não possui qualquer vínculo ou obrigação. A Concessionária refuta por completo tal entendimento e está tomando as medidas cabíveis para a liberação dos valores, e não espera perdas associadas a esse bloqueio.

Do valor restante, R\$ 1.623 estão relacionados a discussões cíveis (R\$ 417 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 568 relacionados a outros processos trabalhistas (R\$ 527 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 4.059 relacionados a discussões tributárias (R\$ 3.252 em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 4.414 relacionados a processos com a ARTESP (R\$ 4.414 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões - (continuação)

b) Provisão para investimentos em rodovias

Refere-se aos investimentos programados em reparos e restauração da infraestrutura recebida do Poder Concedente e outros investimentos que não geram receitas adicionais. O passivo, a valor presente, foi constituído pela melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida do ativo intangível.

A movimentação da provisão para investimentos nos trimestres foi como segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/06/2018</u>
Provisão para investimentos	6.739		175	6.914
	6.739		175	6.914

	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisão</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para investimentos	4.797	1.797	145	6.739
	4.797	1.797	145	6.739

O cronograma dos investimentos previstos, por ano de execução, é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2018</u>
2018	1.949
2019	1.949
2021	1.508
2022	1.508
	<u>6.914</u>

Notas Explicativas**Concessionária Rodovias do Tietê S.A.**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões – (continuação)c) Provisão para manutenção em rodovias

	31/12/2017	Adição	Transferência (i)	30/06/2018
Provisão para manutenção	123.335	13.260		136.595
Ajuste a valor presente (AVP)	(12.539)	1.983		(10.556)
	110.796	15.243		126.039
Circulante	32.142		28.803	60.945
Não circulante	78.654	15.243	(28.803)	65.094
	31/12/2016	Adição	Transferência (i)	31/12/2017
Provisão para manutenção	99.536	23.799		123.335
Ajuste a valor presente (AVP)	(14.439)	1.900		(12.539)
	85.097	25.699		110.796
Circulante			32.142	32.142
Não circulante	85.097	25.699	(32.142)	78.654

A mensuração do ajuste a valor presente da provisão para manutenção foi calculada com base no método do fluxo de caixa descontado a cada data do balanço, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, com base em taxa de desconto que reflete a melhor avaliação do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em suas datas originais. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foi utilizada a taxa de 8% para o ajuste a valor presente e o IPCA para atualizar o valor nominal da provisão para manutenção.

(i) O valor de estimativa de realização das intervenções em pavimentos e sinalização previstas para o segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019 foram transferidos para curto prazo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Provisões – (continuação)

c) Provisão para manutenção em rodovias – (continuação)

Os gastos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias e sinalização de rodovias (ambos a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

<u>Ano de execução</u>	<u>30/06/2018</u>
2018	60.945
2019	12.695
2020	28.714
2021	18.982
2022	4.703
	<u>126.039</u>

14. Debêntures

a) Descrição da operação

<u>Debêntures não conversíveis</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Data de emissão</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Títulos em circulação</u>	<u>Valor do Prêmio</u>	<u>Encargos financeiros</u>
1ª emissão	1.065.000	15/06/2013	15/06/2028	1.065.000	6.202	IPCA + 8% a.a.

b) Posição da operação

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Principal corrigido pelo IPCA	1.416.125	1.400.505
Remuneração (juros)	4.765	4.284
Custos com emissão	(63.267)	(65.914)
	<u>1.357.623</u>	<u>1.338.875</u>
Circulante	(72.556)	(51.137)
Não circulante	<u>1.285.067</u>	<u>1.287.738</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures – (continuação)

c) Movimentação das debêntures:

31/12/2017	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	30/06/2018
1.338.875	90.819		(56.896)	(15.175)	1.357.623
31/12/2016	Juros no período	Custos de transação	Pagamento de juros	Pagamento de principal	31/12/2017
1.312.477	153.502	(8.484)	(109.337)	(9.283)	1.338.875

As debêntures foram emitidas pela Companhia sob o regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, nominativas e escriturais. As amortizações tiveram início em 14 de dezembro de 2017. O cronograma para amortização das debêntures é demonstrado como segue:

Ano	Amortização	Valor
2018	2,45%	34.855
2019	5,40%	76.824
2020	6,41%	91.193
2021	7,05%	100.298
2022	8,46%	120.357
2023	10,54%	149.949
2024	11,44%	162.753
2025	12,78%	181.816
2026	13,55%	192.771
2027	13,71%	195.047
2028	6,49%	92.331
	98,28%	1.398.194

d) Cláusulas restritivas e garantias

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia, pelas aplicações financeiras vinculadas e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures contêm cláusulas restritivas semestrais, as quais são acompanhadas pela administração e não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas pela Companhia. Em 30 de junho de 2018, os indicadores propostos na assembleia geral de debenturistas (AGD) em 13 de junho de 2018 foram cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Debêntures – (continuação)

d) Cláusulas restritivas e garantias – (continuação)

Assembleia Geral de Debenturistas (AGD)

Em 13 de junho de 2018, foi realizada a assembleia geral de debenturistas (AGD) onde os debenturistas autorizaram a Companhia cumprir os Índices Financeiros abaixo:

- (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, para o período findo em 30 de junho de 2018 seja igual ou superior a 0,60; e
- (ii) A relação entre Dívida Financeira e Capital Total, para o período findo em 30 de junho de 2018 seja de até 95/5.

Assim, a Companhia ficou dispensada de cumprir os Índices Financeiros estabelecidos na Cláusula 4.16.3, item “m”, subitens “i” e “ii” da Escritura de Emissão. Além disso, foi autorizada a utilização de parte dos recursos depositados na “Conta Reserva do Serviço da Dívida” para o pagamento da Remuneração em 15 de junho de 2018, além da recomposição do Saldo Obrigatório da Conta Reserva de Serviço da Dívida até 30 de agosto de 2018.

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social está representado por 30.357.847.596 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Quantidade de ações</u>
AB Concessões S.A.	50,00%	15.178.923.798
Lineas International Holding B.V.	50,00%	15.178.923.798
		<u>30.357.847.596</u>

Em 19 de junho de 2017, foi realizada a alteração do nome de um dos acionistas, passando de Ascendi International Holding B.V. para Lineas International Holding B.V.

Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital autorizado da Companhia era de R\$ 303.578. O capital social será reajustado anualmente, quando necessário, pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, não podendo este ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

A Companhia não poderá proceder à redução de seu capital social ou adquirir as suas próprias ações durante o prazo de concessão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Patrimônio líquido – (continuação)

b) Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, após os ajustes necessários consoantes as prescrições legais do Brasil.

A Companhia não possui previsão estatutária de reserva de lucros, além da reserva legal. No entanto, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em AGO poderão deliberar a retenção de parcela do lucro líquido do período alocada para o pagamento de despesas previstas em orçamento de capital que tenha sido previamente aprovado.

16. Receita operacional líquida

A receita é apurada em conformidade com o regime contábil de competência de período, sendo mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo abatimentos e impostos ou encargos sobre os serviços prestados.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver o reconhecimento de receita:

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

Essas receitas variam de acordo com os investimentos efetuados pela Companhia para cumprir com os compromissos assumidos pela concessão. A margem de construção praticada é de 3,65%, em média, das aquisições de materiais faturados diretamente para a Companhia e empregados nos ativos que geram receitas.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários.

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Impostos incidentes sobre os serviços prestados consistem de Imposto sobre Serviços - ISS (de 2% a 5%), Programa de Integração Social - PIS (0,65%) cumulativo e (1,65%) não cumulativo e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%) cumulativo e (7,6%) não cumulativo.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Receita operacional líquida – (continuação)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receita com arrecadação de pedágio	114.056	108.594
Receita de serviços de construção	21.211	22.506
Receitas acessórias	4.292	4.245
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	<u>(10.993)</u>	<u>(10.328)</u>
	<u>128.566</u>	<u>125.017</u>

17. Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Com pessoal	(11.365)	(10.902)
Honorários da administração	(1.105)	(1.010)
Manutenção e conservação	(20.671)	(19.945)
Serviços de terceiros	(3.067)	(3.896)
Ônus variável da concessão	(1.854)	(1.746)
Seguros e garantias	(1.188)	(1.265)
Custo dos serviços de construção	(21.190)	(22.403)
Provisão para demandas judiciais		(193)
Provisão para manutenção em rodovias	(13.260)	(4.034)
Depreciação e amortização	(18.989)	(17.123)
Outros	<u>(2.617)</u>	<u>(2.612)</u>
	<u>(95.306)</u>	<u>(85.129)</u>
Classificados como:		
Custos dos serviços prestados	(86.935)	(76.620)
Despesas gerais e administrativas	<u>(8.371)</u>	<u>(8.509)</u>
	<u>(95.306)</u>	<u>(85.129)</u>

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Despesas e receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de empréstimos e financiamentos e reversão de ajustes a valor presente, que são reconhecidos no resultado do período pelo regime de competência.

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias sobre notas promissórias ou debêntures	(89.338)	(75.765)
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	(6.209)	(7.335)
Variação monetária e reversão do ajuste a valor presente sobre a provisão para investimentos e manutenções em rodovias	(2.589)	(1.015)
Juros sobre demais operações financeiras	(75)	(752)
Outras despesas financeiras	(2.470)	(865)
	<u>(100.681)</u>	<u>(85.732)</u>
Receitas		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	7.001	14.164
Atualização de impostos a recuperar	368	1.204
Outras receitas financeiras	964	829
	<u>8.333</u>	<u>16.197</u>
Resultado financeiro	<u>(92.348)</u>	<u>(69.535)</u>

19. Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais dos empregados e administradores estão demonstradas a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Salários e encargos sociais	(9.008)	(8.846)
Benefícios previstos em lei	(1.349)	(1.248)
Benefícios adicionais (i)	(1.279)	(1.147)
Plano de Participação nos Resultados (ii)	(834)	(671)
	<u>(12.470)</u>	<u>(11.912)</u>

(i) Referem-se a assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida.

(ii) Referem-se a participações no resultado.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Resultado por ação

A tabela abaixo apresenta os cálculos dos resultados básico e diluído por ação (em milhares, exceto valores por ação):

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Numerador:		
Prejuízo do período	<u>(35.661)</u>	<u>(20.872)</u>
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	<u>30.357.847.596</u>	<u>30.357.847.596</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,00117)</u>	<u>(0,00069)</u>

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias.

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A Alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam somente o risco de taxa de juros.

Risco de taxa de juros

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às aplicações financeiras, às debêntures e aos mútuos a pagar a partes relacionadas, sujeitos a taxas de juros variáveis.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

a) Risco de mercado - (continuação)

Risco de taxa de juros – (continuação)

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros em 30 de junho de 2018, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A Administração da Companhia considerou as seguintes premissas:

- CDI - taxa de 6,39% ao ano, observada no fechamento de 30 de junho de 2018, divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, que no entender da Administração seriam estáveis no próximo ano.
- IPCA - variação de 4,39% nos últimos 12 meses, observada no fechamento de 30 de junho de 2018, divulgada pelo IBGE.

Passivo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	6.994	8.743	10.491
Debêntures	Aumento do IPCA	168.209	183.109	198.009

Passivo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II +25%	Cenário III +50%
Mútuos a pagar a partes relacionadas	Aumento do CDI	4.616	5.770	6.924
Debêntures	Aumento do IPCA	111.018	120.852	130.686

Ativo financeiro	Risco	Efeito no resultado antes dos impostos (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	8.971	6.728	4.485

Ativo financeiro	Risco	Efeito no patrimônio líquido (1)		
		Cenário I Estável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Aplicações financeiras vinculadas	Queda do CDI	5.921	4.441	2.960

(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer/auferir para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro – (continuação)

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber.

Contas a receber

O risco de crédito dos repassadores de recursos à Companhia (serviços de pedágio eletrônico, cupons de pedágio e cartões de pedágio) está sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração da Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos com base em critérios internos de classificação. A possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com esses repassadores de recursos é considerada mínima em função do curto prazo dos recebimentos e da qualidade dos respectivos créditos. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente pela Administração. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está registrado na rubrica “Contas a receber”, no balanço patrimonial.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida pela Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 está registrado na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” e de “Aplicações financeiras vinculadas”, no balanço patrimonial.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 30 de junho de 2018 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

	Menos de 3 meses	De 4 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Fornecedores e prestadores de serviços	17.511			17.511
Debêntures		72.556	1.285.067	1.357.623
Credor pela concessão	299			299
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)			109.455	109.455
Total	17.810	72.556	1.394.522	1.484.888

d) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros, estão demonstrados a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
Aplicações financeiras	140.387	188.716
Custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa	71.286	32.301
Contas a receber	15.164	20.066
Depósitos judiciais	27.870	25.316
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Debêntures	1.357.623	1.338.875
Contas a pagar a fornecedores	17.511	22.011
Outras contas a pagar	1.898	2.026
Partes relacionadas - mútuo a pagar	109.455	103.246
Obrigações com o poder concedente	299	327

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro - (continuação)

e) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma relação adequada de capital, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

O capital social não pode ser inferior a 10% do montante do investimento realizado e a realizar no ano subsequente. Se eventualmente o capital subscrito tornar-se inferior ao requerido, este deverá ser aumentado.

O capital social em 30 de junho de 2018 representa 19% (31 de dezembro de 2017 - 23%) do investimento realizado e a realizar no ano subsequente.

Abaixo está apresentada a estrutura de dívida líquida da Companhia:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mútuos a pagar a partes relacionadas	109.455	103.246
Debêntures	1.357.623	1.338.875
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(71.286)	(32.301)
(-) Aplicações financeiras vinculadas	(140.387)	(188.716)
Dívida líquida	<u>1.255.405</u>	<u>1.221.104</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>(8.981)</u>	<u>26.680</u>
Total da capital	<u>1.246.424</u>	<u>1.247.784</u>
Índice de alavancagem financeira - %	100,72%	97,86%

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia aproxima-se do seu valor contábil a exceção das debêntures, cuja comparação do valor contábil e do valor justo está apresentado a seguir:

	<u>30 de junho de 2018</u>		<u>31 de dezembro de 2017</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Passivos financeiros				
Debêntures (Nota 14) (i)	<u>1.420.891</u>	<u>949.782</u>	<u>1.404.789</u>	<u>880.300</u>

(i) Saldo contábil não inclui os efeitos dos custos de emissão.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Valor justo dos ativos e passivos financeiros – (continuação)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- O valor justo das debêntures foi obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado, divulgados pela AMBIMA.

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Exceto pelo saldo de disponibilidades (nível 1), os demais instrumentos financeiros da Companhia são classificados como nível 2.

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por companhias do mesmo ramo.

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações
Todos os riscos	Riscos operacionais	105.307
	Responsabilidade civil geral	34.935
	Responsabilidade civil de diretores e administradores	20.000
Seguro garantia	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	91.913
	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	141.400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas Explicativas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Informações complementares dos fluxos de caixa

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Transações que não envolvem desembolsos de caixa		
Adições ao intangível com capitalização de juros	1.481	9

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

25. Eventos subsequentes

Em 30 de julho e 4 de agosto de 2018, foram realizadas Assembleias Gerais de Titulares de Debêntures (AGDs) com a reapresentação da Proposta da Administração apresentada anteriormente. Os termos propostos foram:

- Prazo de Vigência e Data de Vencimento;
- Amortização Programada;
- Alteração do percentual de remuneração;
- Acréscimo condicional na remuneração;
- Alteração da proporção do valor nominal unitário a ser amortizado;
- Alteração do pagamento de remuneração;
- Modificação dos índices financeiros;
- Obrigação de injeção de capital na Companhia;
- Alteração do Quórum; e
- Alteração na estrutura de contas reservas.
- Indicação de empresa para substituição da empresa que presta serviços de engenharia independente; e
- Compra das ações da Lineas International Holding B.V. pela AB Concessões mediante o fechamento da operação de reestruturação.

A proposta acima será decidida quanto a sua aprovação ou não, por meio da convocação no dia 30 de agosto de 2018, pela totalidade dos titulares das Debêntures presentes na assembleia. Caso não aprovada, a Companhia continuará a envidar seus melhores esforços, em conjunto com os Debenturistas, sobre um formato que permita que os termos das Debêntures sejam definitivamente reestruturados e, para esse fim, é requerida a aprovação pela maioria dos titulares das Debêntures presentes na assembleia, em segunda convocação, a prorrogação até 28 de setembro de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Rodovias do Tietê S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações

intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração

do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Sorocaba, 10 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 30 de Junho de 2018.

Salto, 10 de Agosto de 2018.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

D E C L A R A Ç Ã O

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e o Diretor Administrativo Financeiro da Concessionária Rodovias do Tietê S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Rod. Comendador Mario Dedini, km 108 Salto/SP, inscrita no CNPJ 10.678.505/0001-63, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no parecer da PricewaterHouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações contábeis intermediárias da Companhia referente ao período de três meses findo em 30 de Junho de 2018.

Salto, 10 de Agosto de 2018.

Emerson Luiz Bittar

Diretor Presidente

Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho

Diretor Administrativo Financeiro